



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

BOLETIM OFICIAL
NÚMERO ESPECIAL

SUMÁRIO

REGIMENTOS INTERNOS
DOS PROGRAMAS DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIAS DA SAÚDE E
EM CIÊNCIAS
FARMACÊUTICAS

BOLETIM OFICIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Reitor – Prof. Anísio Brasileiro de Freitas Dourado
Chefe do Serviço de Publicação e Registro – Neli Maria do Nascimento

Editado pela Diretoria de Gestão de Pessoas / PROGEPE

Edifício da Reitoria
Av. Prof. Moraes Rego, 1235 – Sala 172
Cidade Universitária
50.670-901 – Recife – PE – Brasil

Boletim Oficial da Universidade Federal de Pernambuco. V.1, nº 1, maio, 1966
Recife, Departamento Administrativo da Reitoria.

Ex-Reitores:

Prof. Murilo Humberto de Barros Guimarães(mai. 1966 – ago. 1971)
Prof. Marcionilo de Barros Lins(ago. 1971 – ago. 1975)
Prof. Paulo Frederico do Rêgo Maciel(set. 1975 – set. 1979)
Prof. Geraldo Lafayette Bezerra(dez. 1979 – abr. 1983)
Prof. Geraldo Calábria Lapenda(abr. 1983 – nov. 1983)
Prof. George Browne Rêgo(nov. 1983 – nov. 1987)
Prof. Edinaldo Gomes Bastos(nov. 1987 – nov. 1991)
Prof. Éfrem de Aguiar Maranhão(nov. 1991 – nov. 1995)
Prof. Mozart Neves Ramos(nov. 1995 – out. 2003)
Prof. Amaro Henrique Pessoa Lins(out. 2003 – out. 2011)

1. Universidade – Pernambuco - Periódicos

REGIMENTO INTERNO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE

CAPÍTULO I

FINALIDADE - FORMAÇÃO - DURAÇÃO DO CURSO

Art. 1º - Constitui finalidade do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, a formação de profissionais de nível superior das áreas de Ciências da Saúde, para o ensino e a pesquisa no campo interdisciplinar, da assistência às Ciências da Saúde.

Art. 2º - O Programa conferirá o grau de Mestre em Ciências da Saúde, conferido pela Universidade Federal de Pernambuco, nas formas vigentes.

Art. 3º - A duração mínima do Curso será de 12 (doze) meses e máxima de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir do mês/ano da matrícula inicial no Curso até o mês/ano da efetiva defesa de dissertação, podendo ser prorrogado excepcionalmente, a critério do Colegiado do Programa, por mais 6 (seis) meses.

Art. 4º - O aluno que não concluir o Curso, com a obtenção total dos créditos e a defesa da Dissertação, no prazo de 30 meses, incluindo a prorrogação, será automaticamente desligado do Programa.

CAPÍTULO II

DA ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

Art. 5º - A administração do Programa será exercida:

- a) Pelo Coordenador do Programa;
- b) Pelo Colegiado do Programa.

Art. 6º - O Programa de Pós-Graduação terá um Coordenador e um Vice-Coordenador dentre os docentes permanentes, eleitos pelo Pleno do Colegiado do Programa, homologados pelo Conselho Departamental do Centro e designados pelo Reitor da UFPE.

Art. 7º - O Coordenador e o Vice-Coordenador terão um mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução, através de nova eleição.

§ 1º O Vice-Coordenador substituirá o Coordenador em suas ausências ou impedimentos bem como poderá assumir atribuições próprias por designação do Coordenador.

§ 2º O Coordenador não poderá assumir concomitantemente a coordenação de outro programa de pósgraduação na UFPE, nem fora dela.

§ 3º Em caso de vacância do cargo de Coordenador, em qualquer período do mandato, o Vice-Coordenador assume a Coordenação e convocará eleição, no prazo de até três meses, para os Cargos de Coordenador e Vice-Coordenador do Programa.

§ 4º Em caso de vacância do cargo de Vice-Coordenador, em qualquer período do mandato, o Coordenador convocará eleição para o cargo de Vice-Coordenador que terá mandato até o final do mandato do Coordenador.

Art. 8º- Compete ao Coordenador do Programa:

- I.** convocar e presidir as reuniões do Colegiado;
- II.** solicitar a quem de direito as providências que se fizerem necessárias para o melhor funcionamento do curso, em matéria de instalações, equipamentos e pessoal;
- III.** articular-se com a Comissão de Pós-Graduação e Pesquisa (CPGP) do respectivo Centro e a PROPESQ, a fim de compatibilizar o funcionamento do curso com as diretrizes dela emanadas;
- IV.** organizar o calendário acadêmico do Programa a ser homologado pelo Colegiado, com o auxílio do Coordenador acadêmico escolhido pelo Colegiado.
- V.** divulgar e definir, ouvidos os docentes e homologadas pelo colegiado, as disciplinas a serem oferecidas em cada período letivo, bem como, havendo limites de vagas estabelecer as prioridades de matrícula entre os alunos que as pleitearem;
- VI.** responsabilizar-se pela orientação da matrícula e da execução dos serviços de escolaridade, de acordo com a sistemática estabelecida pelos órgãos centrais competentes;
- VII.** fiscalizar o cumprimento das atividades acadêmicas, apresentando aos órgãos competentes os casos de irregularidades ou infrações disciplinares;
- VIII.** propor ao Colegiado a abertura de novas vagas para o exame de seleção, considerando a relação entre discentes e docentes recomendada pelo Comitê da Área de Avaliação da CAPES relativa ao Programa;
- IX.** providenciar e efetuar prestações de contas e dispor sobre os recursos destinados ao programa;
- X.** encaminhar a cada ano à Diretoria de Pós-Graduação a relação atualizada dos professores ativos e aposentados que integram o corpo docente do Programa, por categoria - permanentes, colaboradores e visitantes – regime de trabalho, titulação e departamento de origem ou a IES de origem quando for o caso;
- XI.** apresentar relatório anual das atividades do Programa (Coleta CAPES) à PROPESQ no prazo por ela estipulado;
- XII.** encaminhar ao Serviço de Registro de Diploma (SRD) cópia do Regimento Interno do Curso, conforme publicado no Boletim Oficial da UFPE, e cópia dos componentes curriculares autenticada pela Divisão de Cursos e Programas, devidamente aprovados pelas Câmaras de Pós-Graduação do CCEPE;
- XIII.** cumprir e fazer cumprir as decisões dos órgãos superiores sobre matérias relativas ao Programa, bem como desempenhar as demais atribuições que lhe forem fixadas no Regimento Geral da Universidade, em Resoluções do CCEPE e neste Regimento Interno.

DO CORPO DOCENTE

Art. 9º O corpo docente do Programa de Pós-graduação será constituído de Docentes Permanentes, Docentes Colaboradores e Docentes Visitantes.

§ 1º Docentes Permanentes são os que têm vínculo funcional com a UFPE, ou vínculo em caráter excepcional, e que atuam no programa de forma contínua – desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e orientação - constituindo o núcleo estável de docentes do programa em regime de 40 horas semanais de trabalho, admitindo-se o percentual de docentes em regime de 20 horas no limite estabelecido pelo Comitê Representativo da Área na CAPES.

§ 2º Os Professores Permanentes com vínculo em caráter excepcional, consideradas as especificidades de áreas ou instituições, caracterizam-se por uma das seguintes condições especiais:

I. sejam cedidos por outras instituições mediante convenio formal ou outro tipo de associação prevista pela CAPES para atuar como docente do Programa.

II. recebam bolsa de fixação de docentes ou bolsa de pesquisa de agências federais ou estaduais de fomento;

III. sejam docentes aposentados da UFPE que tenham firmado com a instituição termo de compromisso de participação como docente do Programa;

§ 3º Docentes Colaboradores são os que contribuem de forma sistemática e complementar com o programa, sem necessariamente terem vínculo formal com a UFPE, ministrando disciplinas, orientando alunos e colaborando em grupos de pesquisa, sem, contudo, manter uma carga intensa de atividades no curso, observando os percentuais permitidos pelo comitê de área.

§ 4º Professores Visitantes são os docentes ou pesquisadores com vínculo funcional com outras instituições que sejam liberados das atividades correspondentes a tal vínculo para colaborar, por um período contínuo de tempo e em regime de dedicação integral, em projeto de pesquisa e/ou atividades de ensino no programa, permitindo-se que atuem como orientadores.

DO COLEGIADO DO PROGRAMA

Art. 10 - O Colegiado do Programa será constituído pelo Coordenador, Vice-Coordenador, docentes permanentes do Programa, segundo regulamentação vigente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -CAPES e um representante discente, eleito dentre e pelos alunos regulares do Programa com mandato de um ano.

Art. 11 – São atribuições do Colegiado:

I. coordenar, orientar e acompanhar o funcionamento acadêmico, pedagógico, didático e orçamentário do Programa;

II. propor à Câmara de Pós-Graduação, através da PROPESQ:

a) os componentes curriculares creditáveis (disciplinas obrigatórias, disciplinas eletivas e outras atividades acadêmicas) para integralização curricular e as alterações ocorridas na estrutura curricular com as respectivas epígrafes, ementas indicativas do conteúdo programático, cargas horárias, número de créditos e suas condições de obtenção;

b) o Regimento Interno e posteriores alterações;

III. implementar determinações emanadas dos órgãos superiores da UFPE aos quais o Programa está vinculado;

IV. apreciar, quando for o caso, as sugestões dos Conselhos Departamentais, dos Departamentos, dos professores e dos alunos, relativas ao funcionamento do curso;

V. opinar sobre infrações disciplinares estudantis e encaminhá-las, quando for o caso, aos órgãos competentes;

VI. decidir sobre requerimentos e recursos a ele impetrados, estabelecendo relatores quando entender necessário;

VII. estabelecer normas de ingresso e manutenção dos docentes no Programa, definir critérios para credenciamento do docente como permanente, colaborador ou visitante, bem como o limite máximo de orientandos por orientador, observando as recomendações do comitê de área da CAPES.

VIII. apoiar o Coordenador do Curso no desempenho de suas atribuições;

IX. decidir sobre solicitações de transferência de alunos provenientes de outros programas de pós-graduação

X. avaliar o parecer dos relatores do Programa sobre solicitações de reconhecimento de títulos de pós-graduação obtidos em instituições estrangeiras encaminhadas pela PROPESQ;

XI. desempenhar as demais atribuições que lhe forem determinadas pelo Regimento Geral da Universidade, por Resoluções do CCEPE e por este Regimento Interno do Curso.

XII. Estabelecer a lista de disciplinas e respectivos professores em cada período letivo;

XIII. Designar Comissão para seleção dos candidatos ao ingresso no Programa, aqui denominada Comissão de seleção;

XIV. Designar, dentre seus membros, Comissão para distribuir as bolsas de estudo junto aos alunos regularmente matriculados no Programa, da qual o Coordenador e o Vice-Coordenador são membros natos;

XV. Indicar, para homologação da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós- Graduação, os nomes que irão compor as Comissões Julgadoras para a defesa da Dissertação;

XVI. Aprovar a escolha de Orientadores de Dissertações que deverão ter titulação acadêmica mínima de Doutor.

XVII. Indicar uma Comissão para apreciar os planos de Dissertações e os resultados obtidos na pesquisa, aqui denominada Comissão Científica;

XVIII. Opinar sobre quaisquer outras matérias de interesse do Programa.

Parágrafo Único O Colegiado poderá designar docente ou instituir comissão especial, de caráter permanente ou transitório, para emitir parecer e/ou decidir sobre matérias relacionadas as suas atribuições, exceto mudanças no Regimento e eleição do Coordenador e Vice-Coordenador do Programa, assuntos que devem ser apreciados necessariamente pelo Pleno do Colegiado.

CAPÍTULO III

ESTRUTURA ACADÊMICA

Art. 12. - Para ser aceito na seleção de candidatos ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, cujas propostas de investigação estejam vinculadas aos aspectos da prevenção, identificação, cuidados e reabilitação aos agravos à Saúde, o candidato deverá apresentar os documentos abaixo juntamente com a ficha de inscrição devidamente preenchida.

I Diploma de graduação em curso superior reconhecido pelo Ministério da Educação nas seguintes áreas profissionais voltadas para a Ciências da Saúde: Medicina, Enfermagem, Nutrição, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Farmácia, Fodonoaudiologia, Educação Física, Odontologia, Biologia e Biomedicina.

II Histórico escolar do Curso de Graduação

III Documento que comprove uma das exigências previstas no Parágrafo Único deste artigo;

IV Fotocópia da Carteira de Identidade

V Fotocópia do Título de Eleitor;

VI Fotocópia de Quitação com o Serviço Militar;

VII Duas fotografias 3 x 4;

VIII Curriculum Vitae; com comprovantes

IX Comprovante do pagamento da taxa de inscrição no valor vigente e na forma estabelecida pela UFPE.

Parágrafo Único - Preencher um dos seguintes critérios:

I- Ter concluído ou estar no final do primeiro ano de Residência de sua área. (para os Cursos que tenham Residência)

II . Ter concluído ou estar concluindo a Especialização de no mínimo 360 horas. (para os Cursos que não tenham Residência)

III . Ser Professor do quadro efetivo de Instituição de Ensino Superior, vinculado a Disciplinas relacionadas às Ciências da Saúde, em Instituições reconhecidas pelo Ministério da Educação, por período superior a 2 anos.

Art. 13. - Para Seleção que deverá acontecer conforme Edital publicado no Boletim da UFPE e na página do Programa, será constituída uma Comissão de no mínimo 3 (três) membros designados pelo Colegiado dentre os professores do Programa.

Art. 14 - A seleção envolverá as seguintes fases:

a) Prova de idioma

b) Análise do *Curriculum Vitae*;

c) Análise do ante projeto de Dissertação que deverá enquadrar-se em uma das linhas de pesquisa do Programa.

§ 1º. - No Curriculum vitae serão considerados os seguintes tópicos:

a) Atividade docente efetiva na área de origem, ou sub-áreas afins.

b) Atividade profissional, levando-se em conta o tempo de exercício e a situação funcional;

c) Pesquisa, considerando-se o número e o nível dos trabalhos publicados.

§ 2º. - No Exame de proficiência em língua inglesa será realizado pelo candidato uma prova constando de interpretação e tradução de um texto científico.

Art. 15. – O Colegiado do Programa, a cada ano definirá o número de vagas oferecidas.

CAPÍTULO IV

DA MATRÍCULA

Art. 16. - Será assegurada a matrícula aos candidatos aprovados, pela ordem de classificação, obedecendo o limite de vagas oferecidas.

Parágrafo Único - Só serão aprovados os alunos que obtiverem nota mínima igual a 7.0 (sete) na média ponderada dos itens avaliados.

Art. 17 - A matrícula no Programa para os aprovados será feita imediatamente após a seleção, devendo o Curso ter início na 1ª. semana de março de cada ano ou a critério do Colegiado, em conformidade com o calendário do Sig@ Pós-Graduação.

Art. 18 - A critério do Colegiado, poderá ser aceita a matrícula especial em disciplinas isoladas do Programa.

§ 1º O aluno matriculado em disciplinas isoladas no Programa poderá cursar até 02 (duas) disciplinas eletivas por semestre sem, com isso, obter vínculo com o Programa de Pós-Graduação da UFPE.

§ 2º Os créditos obtidos em disciplinas isoladas poderão ser computados quando da efetivação da matrícula regular, após aprovação em concurso público de seleção e admissão.

CAPÍTULO V

DA ORIENTAÇÃO DE ALUNOS

Art. 19 - O orientador deverá ser escolhido entre os professores do Corpo Docente Permanente do Programa.

§ 1º - A critério do Colegiado, além do seu corpo docente, professores de outros cursos de pós-graduação *stricto sensu*, desde que sejam Doutores poderão participar da orientação de Dissertação, em regime de co-orientação.

Art. 20 - A pesquisa referente à Dissertação, ou parte dela, poderá ser realizada em outras Instituições, a critério do Colegiado.

Art. 21 - O projeto de Dissertação deverá ser aprovado pelo Colegiado, e quando a pesquisa envolver seres humanos deverá ter a aprovação de Comitê de Ética em Pesquisa, reconhecido pelo Conselho Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP.

§ 1º - Qualquer modificação do projeto aprovado inicialmente deverá ser informado ao Colegiado.

Art. 22 - Em situações excepcionais, o aluno poderá solicitar ao Colegiado do Programa trancamento de matrícula. Se aprovado, terá a duração máxima de 6 (seis) meses, não sendo o período de trancamento contado dentro do prazo de integralização do Curso previsto no **Art. 3º** deste Regimento.

§ 1º. - Esgotado o período máximo de trancamento concedido, caso não retorne às atividades do Curso, o aluno será automaticamente desligado.

§ 2º. - Esgotado o período máximo de trancamento e retornado às atividades do Curso, o aluno deverá seguir o programa anual pré-estabelecido.

CAPÍTULO VI

CURRÍCULOS - DISCIPLINAS E PROGRAMAS

Art. 23 - O Curso terá 24 créditos, sendo 16 (dezesseis) obrigatórios e 8 (oito) eletivos.

§ 1º - Para efeito de contagem de créditos, 1 crédito corresponde a 15 horas de aulas teóricas ou práticas.

Art. 24 – A critério do Colegiado, poderão ser aceitos créditos obtidos em outros cursos de pós-graduação *stricto sensu* recomendados pela CAPES ou órgão federal competente.

§ 1º Nos casos de revalidação, os créditos obtidos em cursos de pós-graduação *stricto sensu* terão validade de **05 (cinco) anos** para aproveitamento para o mestrado contados a partir do final do período no qual a disciplina foi oferecida.

§ 2º A critério do Colegiado poderão ser aceitos créditos obtidos em disciplinas isoladas, cursadas no próprio ou em outros cursos de pós-graduação *stricto sensu* recomendados pelo órgão federal competente, devendo o Colegiado manifestar-se sobre a equivalência do conteúdo programático da disciplina.

CAPÍTULO VII

DA AVALIAÇÃO DO APROVEITAMENTO DO ALUNO

Art. 25 - Será condição necessária para aprovação e obtenção dos créditos em cada disciplina ou atividade acadêmica a frequência mínima em 2/3 (dois terços) da carga horária correspondente.

Art 26 - O aproveitamento nas disciplinas e outras atividades do curso serão avaliados por meio de avaliação escrita trabalhos de pesquisa individual ou por outro processo, a critério do docente responsável pela disciplina, e avaliado de acordo com a seguinte classificação:

A - excelente, com direito a crédito; (10,0 – 8,0)

B - bom, com direito a crédito; (7,9 – 7,0)

C - regular, com direito a crédito; (6,9 – 6,0)

D - insuficiente, sem direito a crédito. (abaixo de 6,0)

Art. 27. - Para fim de aferição do rendimento acadêmico do aluno, serão atribuídos valores numéricos aos conceitos, da seguinte forma:

A=4

B=3

C=2

D=1

Parágrafo Único - O rendimento acadêmico será calculado pela média dos valores numéricos dos conceitos, ponderada pelo número de créditos das disciplinas cursadas, isto é:

$$R = \frac{\sum N_i \cdot C_i}{\sum C_i}$$

onde,

R - rendimento acadêmico

N_i - valor numérico do conceito da disciplina;

C_i - numérico de créditos da disciplina.

Art. 28 - Poderá ser concedido o conceito “I” (Incompleto), a critério do docente responsável pela disciplina, ao aluno que, por motivo de força maior, não tenha concluído os trabalhos previstos no período letivo correspondente.

§ 1º. - Na hipótese deste artigo, o aluno terá que completar, impreterivelmente, os trabalhos até o final do prazo estabelecido pelo docente responsável pela disciplina.

§ 2º. - Esgotado o prazo estipulado no parágrafo anterior e não concluído o trabalho, o conceito “I” será substituído pelo conceito “D”.

Art. 29 - O aluno será desligado do curso ao qual está vinculado, conforme decisão do colegiado, na ocorrência de uma das seguintes situações:

I. não defender dissertação ou tese dentro do prazo máximo de permanência no curso;

II. ser reprovado duas vezes na mesma ou em duas disciplinas distintas;

III. obter rendimento acadêmico não satisfatório, na forma estabelecida no Regimento Interno do Programa;

IV. no caso de prorrogação, não defender a dissertação ou a tese até o prazo final da prorrogação;

V. no caso de trancamento de matrícula, não renovar sua matrícula em até 15 dias após esgotado o período do trancamento;

VI. ter sido reprovado no exame de qualificação ou pré-banca conforme definido no Regimento do Programa.

§ 1º O aluno desligado do Programa somente poderá voltar a se matricular após aprovação em novo concurso público de seleção e admissão.

§ 2º Não será permitida a inscrição de candidato em concurso público de seleção para admissão ao Programa de Pós-Graduação no caso de ter sido desligado do mesmo por mais de uma vez.

CAPÍTULO VIII

DA COMISSÃO EXAMINADORA E DA OBTENÇÃO DO GRAU

Art. 30 - Uma vez concluído, o trabalho de Dissertação deverá ser encaminhado pelo orientador à Coordenação do Curso:

§ 1º. – O Colegiado designará uma pré banca composta por dois membros com título de doutor ou Livre Docente, sendo um deles externo ao Programa, para avaliar a dissertação, que posteriormente atuarão como suplentes da Banca Examinadora.

§ 2º. – A Pré banca encaminhará ao Colegiado um relatório informando se a dissertação tem condições de ser submetida a defesa pública.

§ 3º – Havendo parecer contrário do orientador, o candidato poderá requerer ao Colegiado o exame de seu trabalho, sem o aval do orientador original.

Art. 31 - Aceita a Dissertação pela pré banca, o autor deverá fornecer à Coordenação exemplares em número e no prazo estipulado pelo Colegiado por via impressa e eletrônica.

Art 32 - O trabalho deverá ser submetido à aprovação do Colegiado, que autorizará sua defesa pública que deverá ser amplamente divulgada nos meios científicos.

Art. 33 - O Colegiado elegerá uma Comissão Examinadora para julgar a Dissertação e a sua defesa, constituída por três professores titulares com titulação de Livre Docente ou de Doutor, e dois suplentes anteriormente designados para pré banca, devendo pelo menos um deles ser externo ao programa,

§ 1º - A escolha dos membros da Comissão examinadora deverá levar em conta, além dos méritos e qualificações, a competência no assunto da Dissertação.

§ 2º - O orientador não poderá fazer parte da Comissão Examinadora.

§ 3º - Deverão ser indicados necessariamente dois suplentes, com o título de doutor ou Livre Docente sendo um deles externo ao programa.

§ 4º - A Banca Examinadora de que trata este artigo deverá ser homologada pela Pró-Reitoria.

Art. 34 - Na defesa de Dissertação o mestrando disporá de 30 (trinta) minutos para a exposição de seu trabalho. Seguir-se-á a argüição por cada examinador, intercalada com a defesa do mestrando

§ 1º - Cada examinador disporá de até 20 (vinte) minutos para a sua argüição e o mestrando de igual tempo para responder.

§ 2º - A argüição, a critério de cada examinador, poderá ser na modalidade de diálogo e, neste caso, o prazo será de 40 minutos.

§ 3º - Em caso excepcional e a critério da Comissão Examinadora poderá haver tempo adicional de no máximo 10 minutos para re-argüição por parte dos examinadores, cabendo igual tempo de réplica ao examinado.

Art. 35 - Encerrado o exame, a Comissão Examinadora, em sessão secreta deliberará sobre o resultado a ser atribuído ao candidato ao grau de mestre as seguintes menções:

I- Aprovado

II- Reprovado

III- Em exigência

§ 1º. - O candidato só será considerado aprovado se esta menção for atribuída pela maioria dos examinadores.

§ 2º Estando em exigência, as modificações na Dissertação indicadas pela Comissão Examinadora, o candidato terá até 90 (noventa) dias, conforme decisão da Comissão, para providenciar as alterações exigidas e, nesse caso, constará na ata, e em qualquer documento emitido a favor do candidato, que a aprovação está condicionada à avaliação da nova versão pelo Presidente da Banca.

Parágrafo 3º Decorridos os 90 (noventa) dias, conforme prescrito no parágrafo anterior, caso não seja depositada a nova versão com as alterações exigidas pela Comissão Examinadora, o candidato será considerado reprovado.

Parágrafo 4º - Cumprida a exigência da Comissão Examinadora, o Colegiado do Programa aprovará o candidato e o mesmo terá direito a declaração de conclusão do curso e encaminhamento da documentação para colação de grau.

Art. 36 - O candidato à obtenção do respectivo grau acadêmico de mestre deverá satisfazer as seguintes condições:

- a) Ter obtido o número total de créditos exigidos neste Regimento;
- b) Comprovar a publicação de um artigo, relacionado ao conteúdo da dissertação, atendendo as normas de publicação de periódico internacional ou nacional indexados em base de dados internacional (Medline).
- c) Ter sido aprovado em exame de defesa de dissertação;
- d) Ter atendido as demais exigências estabelecidas no Estatuto e Regimento Geral da Universidade.

Art. 37 – O Diploma de Mestre será expedido por solicitação do Programa à PROPESQ, após o aluno cumprir todas as exigências do Curso, da Comissão Examinadora e ter preenchido todas as demais exigências pelo Estatuto e Regimento Geral da Universidade Federal de Pernambuco e ter colado grau.

§ 1º . – Para expedição do diploma, o aluno deverá entregar previamente cópias impressas e em forma digital da versão definitiva da dissertação, em número exigido pelo Curso e pela Biblioteca Central da Universidade e em forma digital.

§ 2º – Para efeito de registro e obtenção do diploma no Serviço de Registro de Diploma (SRD) é necessário que aquele serviço disponha do Regimento e Grade Curricular do Curso devidamente aprovados e atualizados.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art 38- Os casos omissos neste Regimento serão deliberados pelo Colegiado do Curso.

Art. 39 - Das decisões do Colegiado do Programa caberá recurso às Câmaras para Assuntos de Pesquisa e Pós-Graduação da PROPESQ.

Art 40 - Este Regimento entrará em vigor após aprovação pela Câmara de Pós-Graduação e publicado no Boletim Oficial da UFPE .

REGIMENTO INTERNO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS – PPGCF

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - O Departamento de Ciências Farmacêuticas através do seu Programa de Pós-Graduação (PPGCF), do Centro de Ciências da Saúde (CCS) e da UFPE tem finalidade desenvolver e aprofundar a formação adquirida nos cursos de graduação e conduzir aos graus de Mestres e Doutores.

§ 1º - O PPGCF mantém um corpo de docentes doutores, desenvolvendo atividades de pesquisa na área de Fármacos e Medicamentos, que dá suporte à formação dos alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas, possibilitando o desenvolvimento de teses e dissertações e atividade de iniciação à pesquisa.

§ 2º - O PPGCF objetiva desenvolver e aprofundar a formação de pessoal docente, de pesquisadores e outros profissionais no campo do medicamento e de outros insumos farmacêuticos, necessários ao desenvolvimento do país. Visa, portanto, o domínio das técnicas de investigações para obtenção do fármaco a partir de síntese ou de extração de produtos naturais, como também a farmacologia, produção e controle de medicamentos em suas diversas formas farmacêuticas.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 2º - São órgãos administrativos e decisórios do Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas a Câmara de Pós-Graduação da UFPE (coordenação central), Comissão de Pós-Graduação do CCS, Colegiado da Pós-Graduação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas (CPG) e por delegação deste a Comissão do Colegiado de Pós-Graduação (CCPG) do referido Programa.

§ 1º - As atividades do Programa de Pós-Graduação serão dirigidas executivamente pelo Coordenador, o qual será substituído pelo Vice-Coordenador em suas faltas e impedimentos.

§ 2º - O Colegiado da Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas é composto pelo Coordenador, Vice-Coordenador, todos os docentes Doutores do Programa, enquadrados como permanentes, colaboradores e visitantes e, ainda, por um representante dos alunos de cada nível, de acordo com **Art. 7º** da Res. 10/2008 do CCEPE. Os docentes colaboradores e visitantes participam do Colegiado com direito a voz, mas sem direito a voto.

§ 3º - A Comissão do Colegiado de Pós-Graduação, CCPG, é composta pelo Coordenador, Vice-Coordenador, um representante de cada área/linha de pesquisa ou seu suplente, indicados pela maioria dos docentes da área/ linha e aprovados pelo Colegiado, e por um representante dos alunos regularmente matriculado no curso de Doutorado e eleito pelos alunos do Programa. O Coordenador e o Vice-Coordenador poderão também representar as suas respectivas áreas/linhas. O Ex-Coordenador participará como membro da comissão durante o primeiro ano da nova gestão.

§ 4º - O mandato do Coordenador e do Vice-Coordenador no Colegiado é de dois anos, permitida apenas uma recondução consecutiva, através de nova eleição. O mandato de cada representante dos alunos é de um ano, podendo ser reconduzido por mais um ano, no caso de doutorado.

Art. 3º - Compete ao Colegiado da Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas:

I – Eleger um Coordenador em Vice-Coordenador dentre os professores permanentes do Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas (PPGCF), que são homologados pelo Conselho Departamental do CCS e designados pelo Reitor conforme a Resolução 10/2008 do Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão – CCEPE da Universidade Federal de Pernambuco.

II – Aprovar a criação e a extinção de áreas/linhas de pesquisa.

III – Aprovar a indicação dos representantes das áreas de pesquisa e de seus suplentes para compor a CCPG.

IV – Propor à Câmara de Pós-Graduação do Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão – CCEPE da Universidade, a estrutura curricular do Programa e sua alteração.

V – Decidir sobre os recursos ou representações que lhe forem apresentados contra decisões da CCPG, do coordenador ou outros na sua área de competência.

VI – Zelar pela observância deste Regimento e de outras normas atinentes baixadas por órgãos competentes.

VII – Credenciar e descredenciar professores para o Programa.

VIII – Aprovar o resultado apresentado pela Comissão de Seleção, instituída para condução do processo seletivo de ingresso no Programa.

IX – Aprovar modificações ao Regimento.

X – Aprovar os orientadores de Dissertação e Tese.

XI – Implementar as determinações emanadas pelo Conselho Departamental.

XII – Desempenhar as demais atribuições que lhe forem determinadas pelo Regimento Geral da Universidade por Resoluções do Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão e pelo Regimento do Programa.

XIII – Decidir sobre os casos omissos neste Regimento, observada a legislação aplicável e nos limites de sua competência decisória.

§ 1º - O Colegiado se reunirá especificamente para a eleição do Coordenador e Vice-Coordenador do Curso em escrutínios separados a cada dois (2) anos, permitida uma recondução.

§ 2º - Para efeito de quorum 50%+1 (cinquenta por cento mais um) serão contabilizadas apenas as presenças de professores permanentes, visto que os professores colaboradores, professores visitantes e representantes estudantis têm direito a voz, mas não a voto, conforme as categorias relacionadas no artigo 28.

Art. 4º - Compete à Comissão do Colegiado de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas (CCPG).

I – Zelar pela observância deste Regimento e de outras normas atinentes baixadas por órgãos competentes.

II – Fixar, anualmente, o número de vagas dos Cursos, submetendo em seguida ao CPG.

III – Estabelecer critérios para aceitação de inscrições para a Seleção de Candidatos, observando as normas estabelecidas neste Regimento.

IV – Opinar sobre quaisquer outras matérias de interesse do Programa que lhe sejam encaminhadas pelo Colegiado, por alunos, professores, Órgãos das Unidades ou da Administração Superior.

V – Desempenhar as demais atribuições que lhe forem determinadas pelo Regimento Geral da Universidade por Resoluções do Conselho do Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão e pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação respeitando seu Regimento Interno.

VI – Decidir sobre os recursos ou representações que lhe forem apresentados, na sua área de competência.

VII – Escolher os professores que comporão a Comissão de Seleção à Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas.

VIII – Elaborar a relação dos professores que poderão atuar como orientadores acadêmicos, submetendo em seguida ao CPG.

IX – Aprovar os planos de estudos individuais dos alunos, previstos na estrutura curricular dos Cursos.

X – Aprovar as Bancas Examinadoras de Exames de Qualificação, Proposta de Tese, Defesa de Dissertação e de Tese, submetendo em seguida ao CPG.

XI – Elaborar anualmente o calendário das atividades do Programa, submetendo em seguida ao CPG;

Art. 5º - O Colegiado da Pós-Graduação reunir-se-á:

I – Por convocação do Coordenador.

II – Pela vontade, expressa por escrito, de dois terços (2/3) de seus membros e com, pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

III- O Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas, conforme definido no **Art. 1º** da Res. 10/2008 do CCEPE, terá um Coordenador e um Vice-Coordenador dentre os docentes permanentes, eleitos pelo Pleno do Colegiado do Programa, homologados pelo Conselho Departamental do Centro e designado pelo Reitor da UFPE.

Parágrafo único. O Colegiado da Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas se reúne com maioria simples de votos ou pelo número de membros presentes após decorridos 15 (quinze) minutos do horário previsto na convocação, cabendo ao Coordenador os votos de quantidade e de qualidade, este em caso de empate.

Art. 6º - Compete ao Coordenador da Pós-Graduação:

I – Incumbir-se dos assuntos administrativos do Programa;

II – Convocar as reuniões da Comissão do Colegiado da Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas e a elas presidir;

III – Convocar as reuniões do Colegiado de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas e a elas presidir;

IV – Executar as deliberações tanto do Colegiado quanto da Comissão, encaminhando aos órgãos competentes as propostas que dependerem de aprovação;

V – Coordenar e supervisionar a execução dos planos aprovados e todos os trabalhos referentes à realização dos programas e atividades dos Cursos;

VI – Zelar pela observância deste Regimento e de outras normas atinentes baixadas por órgãos competentes;

VII – Articular-se com a Comissão de Pós-Graduação e Pesquisa do CCS e a Pró-Reitoria para Assuntos de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPESQ, a fim de compatibilizar o funcionamento do Programa com as diretrizes dela emanadas;

VIII – Apresentar relatório anual das atividades do Programa (Coleta CAPES) à PROPESQ no prazo por ela estipulado;

IX – Solicitar a quem de direito as providências que se fizerem necessárias para melhor funcionamento do curso, em matéria de instalações, equipamentos e pessoal;

X – Organizar o calendário acadêmico do Programa a ser homologado pelo Colegiado;

XI – Fiscalizar o cumprimento das atividades acadêmicas, apresentando aos órgãos competentes os casos de irregularidades ou infrações disciplinares;

XII – Divulgar e definir, ouvidos os docentes e homologadas pelo o Colegiado, as disciplinas a serem oferecidas em cada período letivo, bem como havendo limites de vagas estabelecer as prioridades de matrícula entre os alunos que as pleitearem;

XIII – Responsabilizar-se pela orientação da matrícula e da execução dos serviços de escolaridade de acordo com a sistemática estabelecida pelos órgãos centrais competentes;

XIV – Propor ao Colegiado a abertura de novas vagas para o exame de seleção, considerando a relação entre discentes e docente recomendada pelo Comitê de Área de Avaliação da CAPES relativa ao Programa;

XV – Encaminhar a cada ano à Diretoria de Pós-Graduação a relação atualizada dos professores ativos e aposentados que integram o corpo docente do Programa, por categoria – permanentes, colaboradores e visitantes – regime de trabalho, titulação e departamento de origem quando for o caso;

XVI – Encaminhar ao Serviço de Registro de Diploma (SRD) cópia do Regimento Interno do Curso, conforme publicado no Boletim Oficial da UFPE, e cópia dos componentes curriculares autenticados pela Divisão de Cursos e Programas, devidamente aprovados pelas Câmaras de Pós-Graduação do CCEPE;

XVII – Cumprir e fazer cumprir as decisões dos órgãos superiores sobre matérias relativas aos cursos do Programa, bem como desempenhar as demais atribuições que lhe forem fixadas no Regimento Geral da Universidade, em Resoluções do CCEPE e no Regimento Interno do Programa.

Art. 7º - A Comissão do Colegiado da Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas (CCPG) se reúne com maioria simples de votos ou pelo número de membros presente após decorridos 15 (quinze) minutos do horário previsto na convocação, cabendo ao Coordenador os votos de quantidade e de qualidade, este em caso de empate.

CAPÍTULO III

DA INSCRIÇÃO, SELEÇÃO E MATRÍCULA

Art. 8º - O ingresso aos Cursos de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas é aberto aos portadores de diploma ou certificados de cursos de graduação plena reconhecidos pelo Ministério da Educação ou autorizados pela UFPE dos Cursos de Farmácia e áreas afins, desde que aceitos pela Comissão de Seleção à Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas, e aprovados pelo Colegiado.

§ 1º - As inscrições para seleção aos Cursos de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas serão realizadas em períodos determinados pela CCPG e aprovadas pelo Colegiado do Curso, divulgada na página eletrônica e no Boletim Oficial da UFPE, através de edital público.

§ 2º - A critério da CCPG poderão participar do exame de seleção, concluintes de cursos de graduação, os quais deverão ser matriculados após a devida conclusão do curso de graduação.

Art. 9º - Para a inscrição na seleção do Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas, o candidato deve obedecer às normas estabelecidas, contidas em edital de seleção aprovado pelo colegiado do curso e divulgado no Boletim Oficial da UFPE.

§ 1º - A Comissão de Seleção da Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas deverá apresentar no Colegiado da Pós-Graduação, em prazo estipulado pela Coordenação, parecer sobre aceitação ou não de cada candidato, baseado nos seguintes itens:

a) análise dos documentos apresentados;

b) resultados da prova de seleção preliminar de acordo com § 3º deste artigo;

c) entrevista com a Comissão de Seleção da Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas ou com membros do Colegiado indicados para tal finalidade, a critério da mesma.

§ 2º - A critério da Comissão de Seleção de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas, poderá também ser realizada prova de seleção preliminar de caráter eliminatório (aplicada pela Comissão de Seleção ou algum outro órgão aprovado pelo Colegiado).

§ 3º - De acordo com o artigo 4º, item II, cabe à Comissão da CPG estabelecer o número de vagas para admissão aos Cursos de Mestrado e Doutorado em Ciências Farmacêuticas, que deverá ser homologado pelo Colegiado do Programa.

Art. 10 - O candidato aceito para um dos cursos de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas, obedecida à ordem de classificação e o limite de vagas, terá assegurado o direito de proceder sua matrícula no prazo estabelecido pela Coordenação da Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas. O aluno deverá comprovar o término do curso de graduação.

§ 1º - O candidato classificado para qualquer um dos cursos do Programa deverá, obrigatoriamente, efetivar sua matrícula inicial no primeiro período letivo regular após o exame de seleção, sem a qual perderá o direito à admissão no referido curso.

§ 2º - O aluno de um dos Cursos de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas poderá se matricular em disciplinas oferecidas pelo Programa, em cada período letivo, nos prazos estabelecidos pela Coordenação da Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas, cumprindo-se as exigências dos demais artigos e com aval do orientador ou tutor.

§ 3º - O aluno poderá trancar sua matrícula por, no máximo, um semestre letivo, não sendo este período considerado para efeito de contabilização do prazo máximo exigido para conclusão do curso. Esgotado o período de trancamento e não renovando a matrícula em um prazo de 15 (quinze) dias, o aluno será automaticamente desligado do curso.

§ 4º - Será permitido o cancelamento, acréscimo ou substituição de disciplinas, mediante um requerimento em formulário próprio, antes de cumprimento do primeiro terço de carga horária da disciplina em pauta, desde que aceito pela Coordenação da Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas.

§ 5º - A cada semestre, o aluno deve se matricular em disciplinas do Curso ou, tendo cumprido todos os créditos, efetuar sua matrícula vínculo. Caso contrário, estará automaticamente desligado do Programa.

Art. 11 - A critério do Colegiado, poderá ser aceita a matrícula em disciplinas isoladas do curso.

Parágrafo único. Os créditos obtidos em disciplinas isoladas serão computados quando da efetivação da matrícula regular, após aprovação em exame de seleção. Independente do tempo decorrido, o aproveitamento de créditos obtidos tanto para o mestrado como para o doutorado fica a critério do colegiado do curso.

Art. 12 - O aluno será desligado do curso ao qual está vinculado, conforme decisão do Colegiado, na ocorrência de uma das seguintes situações:

I – não defender dissertação ou tese dentro do prazo máximo de permanência no curso;

II – ser reprovado duas vezes na mesma ou em duas disciplinas distintas;

III – obter rendimento acadêmico não satisfatório, na forma estabelecida no Regimento Interno do Programa;

IV – no caso de prorrogação, não defender a dissertação ou tese até o prazo final da prorrogação;

V – no caso de trancamento de matrícula, não renovar sua matrícula em até 15 (quinze) dias após esgotado o período do trancamento;

VI - ter sido reprovado no exame de qualificação ou pré-banca conforme definido no Regimento do Programa;

VII – o aluno desligado do Programa somente poderá voltar a se matricular após aprovação em novo concurso público de seleção e admissão;

VIII – não será permitida a inscrição de candidato em concurso público de seleção e admissão ao curso de Pós-Graduação do qual tenha sido desligado por mais de uma vez.

CAPÍTULO IV

DA ORIENTAÇÃO E AVALIAÇÃO

Art. 13 - O aluno do curso de Mestrado em Ciências Farmacêuticas terá um orientador, escolhido pelo aluno, dentre o Corpo Docente da Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas e aprovado pela CCPG, com a função de orientá-lo academicamente. Em caso de dúvidas, será encaminhado aos docentes da linha de pesquisa pela coordenação por ocasião do seu ingresso no Programa.

Art. 14 - O aluno de Mestrado deverá escolher até o final do primeiro trimestre do ano letivo um orientador de dissertação dentre os professores credenciados pelo Colegiado, com a concordância do mesmo e mediante a aprovação do CPG.

Parágrafo único. O aluno poderá mudar de orientador de dissertação dentro da linha para qual fez seleção mediante solicitação à Coordenação da Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas, com a concordância do orientador pretendido e aprovação da CCPG, no máximo até 10 (dez) meses do início do curso. Os casos excepcionais serão avaliados pela CCPG e submetidos ao Colegiado do Programa.

Art. 15 - O aluno de Doutorado deverá ser apresentado por um orientador dentre os docentes credenciados pelo Colegiado, para sua inscrição no Programa, e deverá ser submetido à aprovação do CPG.

Parágrafo único. O aluno poderá mudar de orientador mediante a solicitação à Coordenação da Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas, com a concordância do orientador pretendido e aprovação da CCPG, decorridos no máximo 12 (doze) meses do início do curso. Os casos excepcionais serão avaliados pela CCPG e submetidos ao Colegiado do Programa.

Art. 16 - O candidato tanto ao Mestrado quanto ao Doutorado poderá ser orientado por um docente, membro do corpo docente do Programa e habilitado para orientação do nível de formação pretendido.

§ 1º - A critério do Colegiado, além dos membros do seu corpo docente, docentes de outros cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* ou Doutores poderão participar de Dissertações ou Teses, em regime de co-orientação.

§ 2º - Para orientar no Doutorado o docente deverá já ter um mínimo de 03 (três) orientações concluídas em nível de Mestrado *stricto sensu* e ter publicações Qualis A ou B vinculadas a estas dissertações.

Art. 17 - O aluno só poderá apresentar sua Dissertação ou Tese, depois de cumprir as exigências preliminares do grau pretendido.

§ 1º - São exigências preliminares comuns ao Mestrado e ao Doutorado ter concluído os créditos necessários para o grau pretendido.

§ 2º - No caso de Mestrado, o aluno deve ter elaborado um projeto de dissertação supervisionado pelo orientador e tê-lo submetido ao avaliador *ad-hoc*, pertencente ao corpo docente CPGCF. Em caso de parecer contrário, emitido pelo avaliador, o projeto deverá ser corrigido pelo aluno, podendo este fato ocorrer no máximo duas vezes, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data da primeira devolução, ficando o aluno passível de desligamento.

§ 3º - No caso de Doutorado, é necessário que o aluno tenha sido aprovado no Exame de Qualificação.

Art. 18 - A avaliação do rendimento das disciplinas será feita mediante exercícios escolares, listas de exercícios, projetos, exame final ou outras atividades, a critério do docente.

§ 1º - No início da execução de cada disciplina, o docente responsável por ela no período, apresentará aos alunos e à secretaria do Programa de Pós-Graduação, bibliografia e a sistemática de avaliação a ser adotada.

§ 2º - Antes do início do semestre letivo subsequente, os docentes responsáveis por disciplinas submeterão à secretaria de Pós-Graduação um relatório do desenvolvimento da disciplina contendo a matéria efetivamente ministrada, o número de aulas e de trabalhos desenvolvidos e os resultados da avaliação do aproveitamento dos alunos.

Art. 19 - O aproveitamento nas disciplinas e outras atividades do curso serão avaliados por meio de provas, trabalhos de pesquisa individual ou por outro processo, a critério do docente responsável pela disciplina, de acordo com a seguinte classificação.

A – excelente, com direito a crédito;
B – bom, com direito a crédito;
C – regular, com direito a crédito;
D – insuficiente, sem direito a crédito.

§ 1º - Para fins de aferição do rendimento acadêmico do aluno, serão atribuídos valores numéricos aos conceitos, da seguinte forma:

A = 4
B = 3
C = 2
D = 1

§ 2º - O rendimento acadêmico será calculado pela média dos valores numéricos dos conceitos, ponderada pelo número de créditos das disciplinas cursadas isto é:

$$R = (\sum Ni \cdot Ci) / (\sum Ci)$$

Onde:

R – rendimento acadêmico;

Ni – valor numérico do conceito da disciplina;

Ci – número de créditos da disciplina.

§ 3º - Será desligado do curso o aluno que obtiver dois conceitos finais “D” no programa, ou ainda, cujo rendimento acadêmico não seja considerado satisfatório, a critério do Colegiado do curso.

CAPÍTULO V

DA CONCLUSÃO DO MESTRADO

Art. 20 - O aluno do curso de Mestrado só poderá se submeter à “Defesa de Dissertação” depois de concluído o mínimo de 24 (vinte e quatro) créditos, com rendimento acadêmico (calculado na forma disciplinada pelo parágrafo primeiro do **Art. 20**) igual ou superior a 3 (três).

§ 1º - Os 24 (vinte e quatro) créditos exigidos no “caput” deste artigo serão obtidos de acordo com a estrutura curricular vigente, observando-se a seguinte distribuição:

a) 4 (quatro) créditos em disciplinas obrigatórias;

b) O restante dos créditos deverá ser obtido nas demais disciplinas eletivas do Programa.

§ 2º - O tempo mínimo para conclusão do Mestrado em Ciências Farmacêuticas é de 12 (doze) meses e o tempo máximo é de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir do mês/ano da matrícula inicial no curso até o mês/ano da efetiva defesa de dissertação.

§ 3º - A critério do Colegiado, o aluno poderá efetuar o trancamento do curso por um período de 06 (seis) meses, não sendo este período contado para o tempo de conclusão do Mestrado. Também a critério do Colegiado, poderá haver 06 (seis) de prorrogação no tempo máximo para conclusão do Mestrado.

§ 4º - A apresentação de dissertação perante a comissão examinadora terá caráter público e será amplamente divulgada nos meios científicos ou artísticos pertinentes.

Art. 21 - A Dissertação de Mestrado será examinada por uma Banca composta por no mínimo 3 (três) e no máximo 4 (quatro) docentes ou pesquisadores, com título de Doutor ou Livre Docente, avaliada previamente pela CCPG e aprovada pelo Colegiado da Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas e homologada pela Pró-Reitoria para Assuntos de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco.

§ 1º - Dentre os docentes ou pesquisadores propostos no “caput” deste artigo, pelo menos um não deve ser membro do Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas e sendo a presença do orientador, que neste caso presidirá a banca examinadora sem exceder, no entanto, o número máximo de docentes expresso no “caput” deste artigo. Na ausência do orientador, presidirá a mesma o membro com maior titulação ou o mais antigo no Programa.

§ 2º - Deverão ainda ser indicados dois suplentes para a Banca examinadora, sendo um deles externo ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas.

Art. 22 - Encerrado o exame, a comissão examinadora, em sessão secreta, deliberará sobre o resultado a ser atribuído ao candidato. Será conferido o Grau de Mestre em Ciências Farmacêuticas ao aluno que, após cumpridas as exigências regulamentares, lograr a aprovação de sua Dissertação de Mestrado.

§ 1º - O resultado do exame será expresso por uma das seguintes menções:

- I - aprovado
- II - reprovado
- III - em exigência

§ 2º - O candidato será considerado aprovado se não receber a menção “reprovado” por mais de um examinador.

§ 3º - Estando em exigência, as modificações na Dissertação indicadas pela Comissão Examinadora, o candidato terá 90 (noventa) dias, conforme decisão da Comissão, para providenciar as alterações exigidas e, nesse caso, constará na ata, e em qualquer documento emitido a favor do candidato, que a aprovação está condicionada à avaliação da nova versão segundo procedimento prescrito no Regimento Interno do Programa.

§ 4º - Decorridos os 90 (noventa) dias, conforme prescrito no parágrafo anterior, caso não seja depositada a nova versão com as alterações exigidas pela Comissão Examinadora, o candidato será considerado reprovado.

CAPÍTULO VI

DA CONCLUSÃO DO DOUTORADO

Art. 23 - O aluno do curso de Doutorado só poderá se submeter à “Defesa de Tese” após ter sido aprovado no exame de qualificação, que consiste na apresentação de resultados de seu projeto de tese (vide **Art. 25**), ter concluído o mínimo de 32 (trinta e dois) créditos, com rendimento acadêmico (calculado na forma disciplinada pelo parágrafo segundo do **Art. 20**) igual ou superior a 3,5 (três e meio); ter pelo menos 1,0 (um) artigo aceito em periódicos de acordo com a classificação da CAPES; QUALIS A ou B, em casos omissos o CPG decidirá.

§ 1º - Dos 32 (trinta e dois) créditos exigidos no “caput” deste artigo, 24 (vinte e quatro) créditos poderão vir do curso de Mestrado em Ciências Farmacêuticas ou áreas afins, a critério do CPG, sendo que, no mínimo 04 (quatro) créditos deverão ser relativos às disciplinas obrigatórias.

§ 2º - Alunos que não tenham concluído o curso de Mestrado em Ciências Farmacêuticas ou área afim deverão cursar 32 (trinta e dois) créditos para integralização do curso de Doutorado.

§ 3º - Em qualquer caso, pelo menos 8,0 (oito) créditos deverão ser obtidos em disciplinas oferecidas no Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas.

§ 4º - O tempo mínimo para conclusão do Doutorado é de 24 (vinte e quatro) meses e o tempo máximo é de 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir do mês/ano da matrícula inicial no curso até o mês/ano da efetiva defesa de tese.

§ 5º - A critério do Colegiado, o aluno poderá efetuar o trancamento do curso por um período de 06 (seis) meses, não sendo este período contado para efeito de contabilização do tempo de conclusão do Doutorado, conforme **Art. 18 § 1º** da Resolução 10/2008. Também a critério do Colegiado, poderá haver 12 (doze) meses de prorrogação no tempo máximo para conclusão do Doutorado.

Art. 24 - O aluno de Doutorado deverá prestar o exame de qualificação que consiste de uma defesa, oral e escrita, do trabalho versando sobre os resultados de seu projeto de tese.

§ 1º - Este exame será avaliado por pelo menos 3 (três) membros com qualificação sendo um externo ao programa, aprovados pela CCPG.

§ 2º - Este exame deverá ser realizado no prazo máximo de 02 (dois) anos após a primeira matrícula no curso. Caso não respeite o prazo estipulado, o aluno estará automaticamente desligado do curso de Doutorado. Para cálculo do período decorrido não devem ser contabilizados eventuais períodos de trancamento de matrícula.

§ 3º - O conceito para o exame de qualificação será “aprovado” ou “reprovado”.

Art. 25 - Além do exame descrito no artigo anterior, o aluno deverá apresentar ao final de cada ano um relatório sucinto das atividades desenvolvidas durante o ano e um plano das atividades a serem desenvolvidas no ano seguinte.

Parágrafo único – A CCPG constituirá uma comissão de pelo menos 2 (dois) docentes do Programa para avaliar o progresso do aluno no período considerado.

Art. 26 - A Tese de Doutorado será examinada por uma Banca composta por no mínimo 5 (cinco) e no máximo 7 (sete) docentes ou pesquisadores, com título de Doutor ou Livre Docente, aprovado pela Comissão da Pós-Graduação e homologado pela Pró-Reitoria para Assuntos de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco.

§ 1º - Dentre os docentes ou pesquisadores propostos no “caput” deste artigo, pelo menos 2 (dois) não devem ser membros do Corpo Docente da Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas, sendo facultada a presença do orientador, que neste caso presidirá a banca examinadora, sem exceder, no entanto o número máximo de docentes expresso no “caput” deste artigo. Na ausência do orientador, presidirá a mesma o membro de maior titulação ou o mais antigo no Programa.

§ 2º - Deverão ainda ser indicados dois suplentes para a Banca examinadora, sendo um deles externo ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas.

§ 3º - A apresentação da tese perante a comissão examinadora terá caráter público e será amplamente divulgada nos meios científicos ou artísticos pertinentes

Art. 27 - Será conferido o Grau de Doutor em Ciências Farmacêuticas ao aluno que, após cumprir as exigências regulamentares, lograr aprovação de sua Tese de Doutorado.

§ 1º - O resultado do exame será expresso por uma das seguintes menções:

I - aprovado

II - reprovado

III - em exigência

§ 2º - O candidato será considerado aprovado senão receber a menção “reprovado” por mais de um examinador.

§ 3º - Estando em exigência, as modificações na Tese indicadas pela Comissão Examinadora, o candidato terá 90 (noventa) dias, conforme decisão da Comissão, para providenciar as alterações exigidas e, nesse caso, constará na ata, e em qualquer documento emitido a favor do candidato, que a aprovação está condicionada à avaliação da nova versão segundo procedimento prescrito no Regimento Interno do Programa.

§ 4º - Decorridos os 90 (noventa) dias, conforme prescrito no parágrafo anterior, caso não seja depositada a nova versão com as alterações exigidas pela Comissão Examinadora, o candidato será considerado reprovado.

CAPÍTULO VII

DO CORPO DOCENTE

Art. 28 - O corpo docente do curso de PPGCF será composto por três categorias de docentes:

I – docentes permanentes, constituindo o núcleo principal de docentes do programa;

II – docentes colaboradores;

III – docentes visitantes.

Art. 29 - Integram a categoria de docentes permanentes os docentes assim enquadrados pelo o programa que atendam a todos os seguintes pré-requisitos:

I – desenvolvam atividades de ensino na pós-graduação;

II – participem de projetos de pesquisa do programa;

III – orientem alunos de mestrado ou doutorado do programa, sendo devidamente credenciados como orientador pela instância para esse fim considerada competente pela instituição;

IV – tenham vínculo funcional com a instituição ou, em caráter excepcional, consideradas as especificidades de áreas ou instituições, se enquadrem em uma das seguintes condições especiais:

a) recebam bolsa de fixação de docentes ou pesquisadores de agências federais ou estaduais de fomento;

b) na qualidade de professor ou pesquisador aposentado, tenham firmado com a instituição termo de compromisso de participação como docente do programa;

c) tenham sido cedidos, por convênio formal, para atuar com docente do programa.

V – mantenham regime de dedicação integral à instituição - caracterizada pela prestação de quarenta horas semanais de trabalho – admitindo-se que parte não majoritária desses docentes tenha regime de dedicação parcial, dentro do disciplinado pelo § 2º deste artigo.

§ 1º - A critério do programa, enquadrar-se-á como docente permanente o docente que não atender ao estabelecido pelo inciso I do “caput” deste artigo devido à não programação de disciplina sob sua responsabilidade ou ao seu afastamento para a realização de estágio pós-doutoral, estágio sênior ou atividade relevante em Educação, Ciência e Tecnologia, desde que atendidos todos os demais requisitos fixados por este artigo para tal enquadramento.

§ 2º - Competirá a cada área de avaliação ou grande área, dentro dos parâmetros definidos como aceitáveis pelo Conselho Técnico e Científico e consideradas suas especificidades e as dos programas em análise, estabelecer:

I – o percentual máximo de docentes permanentes que pode corresponder a profissionais enquadrados nas condições especiais previstas pelas alíneas a, b, e c do inciso IV do “caput” deste artigo, ou outro referencial que atenda a essa finalidade;

II – o percentual mínimo de docentes permanentes que deverá ter regime de dedicação integral à instituição.

Art. 30 - Integram a categoria de docentes colaboradores os demais membros do corpo docente do programa que não atendam a todos os requisitos para serem enquadrados como docentes permanentes, mas, participem de forma sistemática do desenvolvimento de projetos de pesquisa ou atividades de ensino ou extensão e/ou da orientação de estudantes, independentemente do fato de possuírem ou não vínculo com a instituição.

§ 1º - O desempenho de atividades esporádicas com conferencista, membro de banca de exame ou co-autor de trabalhos não caracteriza um profissional como integrante do corpo docente do programa, não podendo, pois, os mesmos serem enquadrados como docentes colaboradores. Informações sobre tais formas de participações eventuais deverão compor referência complementar para a análise da atuação do programa.

§ 2º - A produção científica de docentes colaboradores pode ser incluída como produção do programa apenas quando relativa a atividade nele efetivamente desenvolvida.

Art. 31 - São critérios de avaliação para credenciamento de professores no Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas.

- a) Ter disponibilidade de um laboratório onde possa desenvolver suas atividades de pesquisa;
- b) Ter desenvolvido pelo menos um projeto de pesquisa aprovado por órgão de fomento de sua autoria na área de fármacos e medicamentos.
- c) Ter orientado alunos de iniciação científica.
- d) Ter publicado trabalhos em artigos em revistas Qualis A1, A2, B1, B2 (no máximo 2), perfazendo um total de no mínimo 250 pontos no triênio (em conformidade com a avaliação da CAPES na área Farmácia). A produção científica para esta pontuação deve conter pelo menos 1 artigo QUALIS A e não será computado artigos em revistas QUALIS B3, B4 e B5 (QUALIS C=0). Esta produção deverá estar vinculada a um discente ou um professor permanente.
- e) Ter no máximo 8 orientandos conforme critérios CAPES (Portaria 03/2010).
- f) Ter bolsa de pesquisador de órgão de fomento, em qualquer modalidade, independente da pontuação no triênio.

Art. 32 - São critérios para os docentes permanecerem na categoria de permanentes no Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas.

- a) Ter publicado trabalhos em artigos em revistas Qualis A1, A2, B1 (no máximo 2), perfazendo um total de no mínimo 400 pontos (sem redundância) no triênio, em conformidade com a avaliação da CAPES na área de Farmácia. A produção científica para esta pontuação deve conter pelo menos 3 artigos QUALIS A. Esta produção deverá estar vinculada a um discente. Não será computado na pontuação artigos em revistas QUALIS B2, B3, B4 e B5 (QUALIS C=0).
- b) Ter no máximo 8 orientandos conforme critérios CAPES (Portaria 03/2010), exceto as justificativas.
- c) Em caso de não cumprimento dos requisitos estabelecidos acima, o docente permanente será automaticamente remanejado para a categoria de docente colaborador até o final do triênio.
- d) O docente da categoria colaborador será remanejado automaticamente a categoria permanente quando cumpridas as exigências da alínea b.

Art. 33 - Integram a categoria de docentes visitantes os docentes ou pesquisadores com vínculo funcional-administrativo com outras instituições que sejam liberados, mediante acordo formal, das atividades correspondentes a tal vínculo para colaborarem, por um período contínuo de tempo e em regime de dedicação integral, em projeto de pesquisa e/ou atividades de ensino no programa, permitindo-se que atuem como orientadores.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 34 - Poderão ser aceitos créditos obtidos em outro Programa de Pós-Graduação, stricto sensu recomendado pelo órgão federal competente, tanto para o Mestrado quanto para o Doutorado, a critério do CPG e após parecer favorável de um dos seus membros previamente designado pelo Coordenador, obedecida a Resolução 10/2008 da UFPE no seu artigo 22 § 3º.

Parágrafo único. No caso de Doutorado, poderão ser aceitos até 24 (vinte e quatro) créditos de Mestrado realizados em outro Programa de Pós-Graduação em Farmácia ou áreas afins a critério da CPG.

Art. 35 - Salvo para os alunos que estão em exigência, os alunos tanto de Mestrado como de Doutorado terão no máximo 45 (quarenta e cinco) dias após a defesa de sua Dissertação ou Tese para entrega dos exemplares definitivos do trabalho à Coordenação, quando solicitada correções no ato da defesa.

Art. 36 - O Diploma de Mestre ou Doutor será expedido por solicitação do Programa à PROPESQ, após cumpridas todas as exigências do Curso e da Comissão Examinadora, bem como ter sido procedida a devida colação de grau.

Parágrafo único. Para a expedição do Diploma, o Regimento Interno e a Grade Curricular devem estar aprovados e atualizados junto à Divisão de Registro de Diplomas. Outra exigência é que o aluno deverá entregar previamente cópias da versão definitiva da Dissertação ou Tese, em número exigido pelo Programa, além de dois exemplares para a Biblioteca Central da Universidade. O aluno deverá, ainda, entregar uma cópia eletrônica de dissertação ou tese na secretaria do Programa de Pós-Graduação.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 37 - O aluno do Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas obedecerá à estrutura curricular em vigor na data de sua primeira matrícula.

§ 1º - O aluno que estiver matriculado por ocasião do início da execução de uma nova estrutura curricular poderá solicitar à Coordenação da Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas a adequação para sua estrutura mediante análise de equivalência de disciplinas.

§ 2º - A transferência de um aluno para uma nova estrutura curricular se efetivará após aprovação pela Comissão da Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas.

§ 3º - A contagem de créditos para a transferência de um aluno de uma estrutura curricular para uma nova será feita sobre o total das disciplinas da nova estrutura cobertas pela equivalência.

§ 4º - A equivalência entre disciplinas levará em consideração a carga horária, o conteúdo programático, e será concedida mediante parecer favorável da CCPG.

Art. 38 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado da Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas, com base na legislação vigente da UFPE.

Art. 39 - Este regimento, aprovado pelo Colegiado da Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas em 10/08/2012, entrará em vigor após homologação pela Câmara de Pós-Graduação do CCEPE e publicada no Boletim Oficial da Universidade Federal de Pernambuco.